

1
2
3
4
5
6
7

MINISTÉRIO DA CULTURA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS – CNPC

8 **ABERTURA** – Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, no Hotel
9 Nacional, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a primeira Reunião Ordinária do CNPC. O
10 **Sr. Gustavo Vidigal**, coordenador-geral, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando a todos
11 os presentes. Aberta a sessão, de imediato, passou a palavra ao Ministro de Estado **Sr. Gilberto Gil**,
12 para saudar os Senhores Conselheiros e as Senhoras Conselheiras e tecer considerações gerais e
13 análise de conjuntura. **ITEM 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS E ANÁLISE DE CONJUNTURA** – O
14 Ministro de Estado **Sr. Gilberto Gil**, fez uso da palavra manifestando-se nos seguintes termos: “*Muito*
15 *bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Obrigado pelo comparecimento a este nosso segundo*
16 *encontro. Um Conselho que, após a sua instalação, tem agora toda uma avenida pela frente a*
17 *percorrer. O Conselho Nacional de Cultura expressa o entendimento de que é imprescindível formular,*
18 *executar, acompanhar, avaliar políticas públicas sem que os diferentes agentes, setores e regiões*
19 *estejam reunidos para apresentar e representar seus pontos de vista, sem que haja a ampliação do*
20 *espaço de negociação, construção de consenso e enriquecimento de idéias e propostas, não pode*
21 *haver, evidentemente, o que poderíamos ou deveríamos chamar de uma verdadeira política cultural*
22 *para o país. O Conselho junto com o Ministério, todas as instâncias que compõem o Ministério, as*
23 *Secretarias de Estado de Cultura dos vários estados, as Secretarias de Cultura dos municípios, uma*
24 *série de entes envolvidos na gestão cultural e no agenciamento da vida cultural, enfim, estão*
25 *envolvidos com essa responsabilidade. Mas eu diria que o Conselho prima pelo exercício dessa*
26 *responsabilidade como um órgão de consulta, de avaliação, ele que acompanha, faz a representação e*
27 *a apresentação das demandas da sociedade, interpreta esse sentimento e o entendimento da*
28 *sociedade civil em relação à questão cultural. E tem, portanto, junto ao Ministério e às secretarias*
29 *estaduais e municipais um papel importantíssimo, um papel nesse sentido, de ajudar e encaminhar*
30 *propriamente a formulação, acompanhar e avaliar as políticas públicas e trabalhar o envolvimento mais*
31 *pleno, mais intenso, mais entusiástico, mais comprometido de todo esse conjunto de agentes do*
32 *estado, na sociedade e no setor privado. Nós sabemos que os investimentos em cultura cada vez mais*
33 *se associam à vontade empresarial ou ao mundo empresarial, as responsabilidades culturais do setor*
34 *empresarial são responsabilidades cada vez mais profundas, e isso já vem se refletindo também no*
35 *posicionamento alinhado de muitas entidades, muitas empresas, muitos departamentos de marketing*
36 *cultural de empresas com as políticas públicas, a partir do Ministério. As empresas estatais estão à*
37 *frente, evidentemente, como não poderia deixar de ser, dando o exemplo nesse sentido. Temos hoje*
38 *várias empresas estatais que começam a alinhar suas políticas de marketing e seus investimentos em*
39 *cultura às políticas do Ministério, à visão de política pública do Ministério, criados pelos critérios de*
40 *seleção pública e etc. Então, tenho a impressão de que o Conselho tem, evidentemente, um papel*
41 *importantíssimo nessas articulações, nessas aproximações entre as instâncias de governo e as*
42 *instâncias da sociedade civil e do setor privado de investimentos. Eu queria, portanto, saudar mais uma*
43 *vez a presença de vocês todos, os rapazes e as moças. Todos aqui se alinhando conosco nesse*
44 *trabalho. Temos uma pauta muito grande pela frente. Temos o Plano Nacional de Cultura em relação*
45 *ao qual o Congresso vem se posicionando de uma forma muito importante; a criação de uma Frente*
46 *Parlamentar de Cultura que já conta hoje com mais de quatrocentos deputados e uma lista ainda aberta*
47 *para novas adesões e novas inscrições. É o exemplo contundente dessa importância nova, dessa*
48 *consideração nova que a cultura passa a ter, enfim, nos vários fóruns brasileiros, inclusive, no*
49 *Parlamento. Temos um trabalho importantíssimo, que é no plano das ações propriamente, no plano*
50 *executivo que trabalha a partir do Ministério, é o plano Mais Cultura. Um programa que caracteriza pela*
51 *primeira vez a incorporação plena da cultura como setor, como elemento estratégico e transversal, um*
52 *trabalho que será feito com muitos ministérios, envolvendo, inclusive, recursos diretos de outros*
53 *ministérios. O aprimoramento e aperfeiçoamento desse projeto, desse conjunto de projetos do Mais*
54 *Cultura, deve contar também, particularmente, com a ajuda do Conselho, este terá um papel importante*
55 *junto ao Ministério da Cultura no acompanhamento, na avaliação e, eventualmente, na sugestão de*
56 *novos encaminhamentos, de revisões, de reconduções de processos, etc., em relação ao Mais Cultura.*
57 *Pela primeira vez recursos significativos irão permitir uma intervenção em escala jamais conhecida no*
58 *Brasil na área cultural. Portanto, o papel de vocês, o nosso papel do Conselho, é um papel também*
59 *importantíssimo. Temos no Congresso, e espero que como integrantes da Comissão de Cultura*
60 *possam estar aqui mais tarde e prontos, inclusive, a fazerem esclarecimentos. Temos lá uma PEC que*
61 *prevê a vinculação institucional de verbas para a Cultura de, no mínimo, 2%. Na medida em que essa*

62 PEC venha a prevalecer e o Congresso Nacional nos confira essa possibilidade de uma vinculação
63 orçamentária significativa, isso também será uma coisa muito importante. E o trabalho, agora,
64 exatamente do Conselho através de suas gestões junto aos setores que representam - é
65 importantíssimo -, no sentido de estimular e buscar nesses setores, que todos vocês aqui representam,
66 buscar o apoio desses setores à iniciativa do Congresso Nacional para qualificá-la, para fortalecê-la
67 politicamente, mas, também, para qualificá-la em termos de conteúdo. Enfim, é uma PEC que prevê
68 dotação de recursos de vinculados para a União, para os estados e para os municípios também.
69 Portanto, é um projeto com uma capilaridade política muito grande no país inteiro e que precisa
70 também contar com o apoio político e o apoio técnico de muita gente e, nesse sentido, a todos aqui no
71 Conselho terão também um papel importantíssimo junto à sociedade para esse trabalho. Há uma série
72 de itens nas nossas pautas todas. Vamos agora, também, prosseguindo nesse trabalho de legitimação
73 das proposições políticas, a partir do Ministério, também promover, em relação às modificações que
74 queremos que se façam na Lei de Direito Autoral, também vamos promover seminários, encontros,
75 discussões, debate sobre o tema no país inteiro. E, portanto, de novo a presença dos conselheiros
76 junto às suas comunidades e bases será fundamental e importantíssimo para qualificar esse debate,
77 para trazer ao debate representações legítimas, enfim, de nível, capacitadas a promover uma discussão
78 de alto nível, capacitadas a fornecer ao Parlamento brasileiro uma minuta qualificada de mudança da
79 Lei do Direito Autoral. É um trabalho que o Conselho pode, também, prestar agora nessa fase crucial e
80 crítica de implantação da nova TV pública no Brasil. O trabalho de vocês todos aportando idéias,
81 subsídios, conselhos, visões, etc., também será muito importante. Enfim, é uma pauta extensa e
82 trabalho não nos faltará. Portanto, mais uma vez sejam bem-vindos. Mãos à obra." O Secretário
83 Executivo do Ministério da Cultura **Sr. João Luiz Silva Ferreira**, fez uso da palavra manifestando-se
84 nos seguintes termos: "Bom dia a todas e a todos os Conselheiros. Eu queria agradecer a presença de
85 todos. Vamos começar os nossos trabalhos. Temos uma pauta importante hoje. O primeiro ponto é a
86 aprovação do Regimento, a discussão e aprovação e, em segundo, o Caderno de Diretrizes do Plano
87 Nacional de Cultura. Antes eu queria fazer alguns comentários rápidos. Primeiro, eu iria sugerir que as
88 próximas reuniões do Conselho sejam num formato oval e todos no mesmo plano, pois reflete melhor o
89 espírito do Conselho, que é exatamente criar um fluxo de colaboração entre o Ministério - que tem uma
90 responsabilidade executiva - e esse Conselho - que tem uma responsabilidade de apreciação e
91 avaliação. Essa hierarquia, por mais que seja um fato isolado, acaba criando uma simbologia ruim. Nós
92 temos, como o Ministro ressaltou, uma pauta importante esse ano. O Ministério está abrindo uma nova
93 etapa. Vamos rever a Lei Rouanet, vamos afirmar uma política de direito autoral no Brasil, o que é uma
94 questão grave na área cultural, atualizá-la, criar possibilidade de os produtores culturais terem controles
95 sobre os mecanismos de funcionamento. Inclusive, hoje à tarde o Ministro - e eu terei de acompanhá-
96 lo -, teremos a primeira apresentação de um esboço de proposta, que elaboramos nesses anos dentro
97 do Ministério, para a Ministra Dilma, o que é o primeiro passo no sentido de o governo assimilar a
98 importância da questão do direito autoral, não só para a economia da cultura, mas para toda a
99 produção cultural brasileira. Temos uma série de outras questões. O Ministério conseguiu nesses cinco
100 anos e quatro meses fazer um deslocamento importante. Hoje é um Ministério que existe, que tem
101 visibilidade, que vem realizando a construção de políticas públicas praticamente em todas as áreas,
102 não só as que já estavam previstas, mas desbravamos áreas novas. E, agora, vamos iniciar uma nova
103 fase. Longe de parar para consolidar o que fizemos, nós temos a obrigação de dar continuidade a esse
104 processo. É uma série de áreas que precisamos... Só como lembrança e como exemplo, eu poderia
105 citar a questão que foi levantada por um conselheiro na reunião passada, que o Ministério precisa e,
106 evidentemente, eu diria o Ministério e o Conselho, precisam tratar da relação cultura e cidade,
107 considerando a importância das cidades no Brasil, pois temos mais de 80% dos brasileiros vivendo em
108 cidades. As cidades brasileiras estão vivendo uma crise monstruosa, todo dia que ligo a televisão de
109 manhã vejo os engarrafamentos, inclusive até Brasília já está entrando na rota de engarrafamento.
110 Você vai a Salvador, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, o que significa o modelo de
111 transporte urbano atual de desperdício de tempo, de recursos, de estresse. Isso é só um detalhe
112 dentro de um modelo que foi se constituindo de uma forma muito rápida. Muitos prefeitos se
113 notabilizaram pela construção de viadutos e estradas, acreditando que a saída era disponibilizar cada
114 vez mais vias para esse modelo superado de transporte urbano, baseado no transporte individual. Isso
115 é só um aspecto da necessidade de refletirmos profundamente. O Ministério conseguiu uma vitória
116 importante agora. A qualificação de ambientes urbanos para o Governo Federal significará também a
117 incorporação de equipamentos e espaços culturais, não só a melhoria do padrão de moradias,
118 esgotamento sanitário, que foi uma luta importante nas últimas décadas, mas estamos começando
119 agora um processo e o Governo Federal assimilou uma nossa proposta, de que quando intervir num
120 bairro, numa favela, numa área degradada, deve-se prever espaços abertos e fechados para a prática
121 cultural e para o desenvolvimento cultural daquela comunidade, o que é um avanço enorme no conceito
122 dessa relação. Então, esse é um tema. Mas temos muitos temas importantes. A política internacional,

123 as relações culturais no mundo, a convenção da diversidade cultural, da proteção da diversidade
124 cultural, que o Brasil hoje vem se notabilizando como um dos países mais comprometidos – boa parte
125 da nossa política cultural reflete esse compromisso –, como a questão das indústrias criativas, a
126 economia da cultura como um todo. O Ministro está sendo convidado para intervir na Unctad, agora na
127 África, pela importância do tema da economia da cultura para os países emergentes, para todos os
128 países do hemisfério sul. Então, são questões que o Ministério vem lidando, muitas vezes, de uma
129 forma muito isolada. A área cultural, às vezes, não responde para essas pautas contemporâneas,
130 muito envolvidas nas suas pautas específicas, setoriais, corporativas. E um dos papéis nossos, tanto
131 do Ministério, quanto de vocês, é afirmar uma agenda para a cultura brasileira que, de fato, vá
132 conquistando novos territórios e novos espaços. Então, o trabalho aqui, nosso, terá uma repercussão
133 enorme, pois tem uma importância muito grande para esse esforço que a gente vem fazendo. Outro
134 tema importante que o Brasil não pode ficar de fora, Cinema de Animação, uma das áreas mais
135 rentáveis na área de Audiovisual; TV pública, como o Ministro falou aqui. Então, são temas que
136 precisam do aporte, da colaboração desse Conselho de uma maneira muito decisiva. Eu até faço a
137 sugestão de que os conselheiros não esperem que o Ministério dê o tom, que pautar esse Conselho; em
138 parte, evidentemente, teremos de propor – fruto da nossa experiência enquanto instrumento executivo
139 da gestão cultural no Brasil vamos sempre estar alimentando o Conselho numa pauta –, mas acredito
140 que já a partir da próxima reunião o Conselho tem de começar a ajudar a construir essa pauta, porque
141 é o primeiro passo no sentido de o Conselho ter, de fato, uma importância, uma capacidade de
142 intervenção significativa que justifique o emprego de parte do tempo dos senhores e das senhoras
143 nessa atividade. E a nossa expectativa é essa, que o Conselho venha a se tornar um ente importante
144 para o sistema cultural brasileiro e que, inclusive, ganhe uma autonomia; que esse diálogo seja um
145 fluxo permanente entre nós de colaboração, em certos momentos até de debate e de divergência – isso
146 faz parte, é normal entre nós mesmos –, frequentemente temos de enfrentar abordagens diferentes e
147 ênfases diferentes e até mesmo em certos momentos concepções diferentes de tratar as questões
148 relativas à nossa área. Então, eu queria saudá-los. Vou seguir a orientação da estrutura executiva,
149 vamos entrar no debate sobre o Regimento, por mais chata que seja a discussão de Regimento, mas é
150 este que garante um bom funcionamento de qualquer instituição. Um regimento que seja medíocre,
151 atrasado, anacrônico, é um entrave para o bom funcionamento. Então, esse Regimento tem de refletir
152 essa importância que ressaltar aqui, desse Conselho, da importância que ele terá daqui para frente.
153 Estávamos pernetas na execução da gestão cultural e, agora, contamos com a colaboração desse
154 fórum, desse Conselho. O Regimento é decisivo e quanto mais rápidos e objetivos formos, vamos
155 atingir um bom resultado, porque aí o tempo é usado exatamente para as questões essenciais. Vocês
156 receberam com antecedência e já temos aqui uma série de colaborações. Há uma sugestão da
157 estrutura executiva do Ministério, que cuida do Conselho, de que não nos concentremos nas questões
158 que envolvem a mudança do decreto presidencial, porque isso leva tempo e é para um segundo
159 momento. Então, a partir do decreto a gente discute o Regimento e guardamos as contribuições em
160 torno da mudança do decreto para um segundo momento, quando já estivermos cobertos por um
161 Regimento, possamos propor ao governo a revisão do conceito expresso no decreto presidencial.
162 Porque se trouxermos para cá, agora, a discussão do decreto, ficaremos paralisados até o governo
163 reagir. E pela pauta do governo nesse primeiro semestre dificilmente teremos uma apreciação sobre
164 mudanças do decreto presidencial, que criou esse Conselho. Então, é bom que compreendamos isso
165 para dosarmos e manejarmos dois níveis de mudanças que nós, certamente, teremos de fazer. Boa
166 parte das contribuições nós concordamos a respeito da necessidade de rever esse decreto. Mas se
167 tentarmos fazer isso agora, abrindo mão de ter um regimento que garanta um bom funcionamento,
168 teremos problemas de ser uma instituição sem uma carta de navegação, que é o papel do regimento.
169 Eu vou passando pelos capítulos e incisos, registrando os destaques. A gente discute o capítulo, não é
170 isso? Primeiro teremos uma apresentação pela Dra. Maria Cláudia para aquecer e reforçar a leitura
171 que foi feita individualmente por cada conselheiro. Aí vamos capítulo por capítulo, discutindo,
172 amarrando e aprovando as mudanças que serão feitas. OK? Alguém tem alguma sugestão em nível de
173 encaminhamento? Se não há, passo para a Maria Cláudia por cinco minutos.” Foi passada a palavra à
174 **Sra. Maria Claudia**, assessora da Secretaria de Políticas Culturais: “Bom dia a todos e a todas.
175 Receberemos algumas contribuições interessantes relativas ao Regimento Interno, todas devidamente
176 analisadas. Estruturamos essa apresentação para que seja muito breve em dois momentos
177 basicamente. O primeiro momento é quase uma ajuda à memória da finalidade e estrutura básica do
178 Conselho, lembrando aos senhores que essa finalidade e essa estrutura estão previstas no decreto,
179 como disse bem o Secretário-Executivo, nós não nos ateremos a essa discussão nesse momento,
180 embora termos acolhido as sugestões de mudança do decreto e concordado em grande parte com elas.
181 Quanto à finalidade e estrutura o Conselho Nacional é um órgão colegiado integrante da estrutura
182 básica do Ministério da Cultura, e tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com
183 vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil

184 organizada, para o desenvolvimento e fomento das atividades culturais no território nacional, nos
185 termos do Decreto nº 5.520. Ele é integrado pelos seguintes entes: o Plenário, que é essa reunião à
186 qual estamos; o Comitê de Integração de Políticas Culturais – CIPOC –, que é o núcleo de dirigentes do
187 Sistema Federal de Cultura; os Colegiados Setoriais; as Comissões Temáticas e Grupo de Trabalho; e
188 Conferência Nacional de Cultura. É sobre a competência, organização, funcionamento e atribuição
189 desses órgãos que passaremos a basear a nossa discussão. A metodologia aplicada será a de que a
190 cada subseção ou cada seção ou capítulo, levemos o título; se algum dos conselheiros tiver algum
191 destaque para aquele título específico, manifeste-se e nós anotamos. Compilam-se as proposições de
192 destaque e, depois, pela ordem topológica do Regimento, vamos discutindo uma a uma, votando e
193 encerrando aquelas questões. Então, falaremos a partir do Capítulo 3 – Funcionamento e Atribuições
194 do Plenário; Subseção – Funcionamento do Plenário; Subseção II – Atribuições dos Membros do
195 Plenário. Depois cada órgão que compõe esse Conselho, abrindo um por um as considerações dos
196 senhores. Explicado isso, volto a palavra ao Secretário-Executivo, Juca Ferreira, que conduzirá os
197 debates, discussão e votação do Regimento Interno. **ITEM 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO**
198 **REGIMENTO INTERNO DO CNPC** – Os trabalhos foram conduzidos pelo Sr. João Luiz Silva Ferreira
199 que passou a palavra ao Sr. Conselheiro Paulo Ormino David de Azevedo, da Câmara Setorial
200 sobre Propriedade Imaterial, que...

201
202 para ajudar na coordenação dos trabalho e o Secretário de Gestão do Trabalho e Educação na
203 Saúde/MS, **Francisco Campos**, para expor sobre o tema. Além disso, comunicou a presença da
204 diretora do DEGES/SGTES/MS, **Ana Stela Haddad**. O Secretário de Gestão do Trabalho e Educação
205 na Saúde/MS, **Francisco Campos**, iniciou a apresentação agradecendo a oportunidade de apresentar
206 ao Plenário do CNS a proposta de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS). Explicou que
207 , apresentou os seguintes encaminhamentos: **requerer aos**
208 **representantes do CNS na Comissão que debatam e construam proposta a respeito da relação**
209 **da Comissão com o Controle Social e interface da proposta com os pólos de educação**
210 **permanente. Além disso, o Presidente do CNS solicitou à SGTES a apresentação de proposta de**
211 **orçamento mais adequada à implementação da política, a fim de que o CNS fizesse articulação**
212 **com o Ministro da Saúde visando garantir o financiamento. Não havendo posições contrárias, as**
213 **propostas foram aprovadas.** Definido esse ponto, encerrou os trabalhos da manhã do primeiro dia de
214 reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Ailson dos Santos, Alessandra da Costa**
215 **Lunas, Artur Custódio M. de Souza, Ana Cristhina de Oliveira Brasil, Augusto Pimazoni Netto,**
216 **Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Ciro Mortella, Daniela Batalha Trettel, Eufrásia Santos**
217 **Cadorin, Francisca Valda da Silva, Francisco Batista Júnior, Geraldo Adão Santos, Graciara**
218 **Matos de Azevedo, Gyséle Saddi Tannous, João Donizeti Scaboli, José Cláudio Barriguelli, José**
219 **Cláudio dos Santos, José de Rocha Carvalheiro, José Marcos de Oliveira, Maria Izabel da Silva,**
220 **Néventon R. Vargas, Moisés Goldbaum, Nildes de Oliveira Andrade, Raquel M. Rígotto, Rogério**
221 **Tokarski, Ruth Ribeiro Bittencout, Sílvia Fernanda Martins Casagrande, Valdirlei Castagna, Vânia**
222 **Glória Alves de Oliveira e Zilda Arns Neumann. Suplentes: Armando Martinho Bardou Raggio,**
223 **Armando Tadeu Guastapaglia, Cleuza de Carvalho Miguel, José Carlos de Moraes, José Eri**
224 **Medeiros, Lauro Moretto, Luciana Alves Pereira, Maria Emínia Ciliberti, Marisa Fúria Silva, Maria**
225 **Thereza Almeida Antunes, Maria Thereza Mendonça de Carneiro Rezende, Mauro Fernando**
226 **Schmidt, Noemy Yamaguishi Tomita, Ronald Ferreira dos Santos, Rosane Maria Nascimento da**
227 **Silva, Sérgio Metzger, Sérgio Antônio Gonçalves, Valdenir Andrade França e Wilson Valério da**
228 **Rosa Lopes. Retomando os trabalhos, foi iniciada a discussão do item 3 da pauta. ITEM 3 –**
229 **INFORMES DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – ENCAMINHAMENTOS –**
230 **Conselheiro Ciro Mortella, da Mesa Diretora do CNS, assumiu a coordenação dos trabalhos e**
231 **convidou para compor a mesa: Conselheira Ana Cristhina de Oliveira Brasil, Coordenadora Interina**
232 **da COFIN/CNS..... ITEM 4 – 13ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – Temas,**
233 **Comissão Organizadora e Regimento e Regulamento - Composição da mesa: Conselheira Carmen**
234 **Lúcia Luiz, da Mesa Diretora do CNS; Conselheiro Artur Custódio M. de Souza, da Mesa Diretora do**
235 **CNS e Conselheiro Francisco Batista Júnior, Presidente do CNS. O Presidente do CNS**
236 **informou..... ITEM 5 – TERCEIRIZAÇÃO DE GERÊNCIAS E GESTÃO DO SUS – O**
237 **Presidente do CNS, Conselheiro A propósito, o Plenário decidiu elaborar**
238 **minuta de resolução, contemplando as questões colocadas pelos conselheiros e o**
239 **posicionamento do CNS na Deliberação nº. 001/05. Para elaborar o documento, foram indicados**
240 **os seguintes conselheiros: Antônio Alves de Souza, Daniela Batalha Trettel, José Cláudio**
241 **Barriguelli e Ronald Ferreira dos Santos. A minuta seria apresentada no segundo dia de reunião.**
242 **Definido esse ponto, o Presidente do CNS passou a palavra à Secretária-Executiva para apresentação**
243 **dos informes e indicações. ITEM 6 – EXPEDIENTE, INFORMES E INDICAÇÕES – Expediente**
244 **..... José Marcos de Oliveira solicitou espaço na pauta no segundo dia para**

245 apresentar questões que precisavam de manifestação do CNS e considerações do Ministro de Estado
246 da Saúde. Conselheiro **Antônio Alves de Souza** informou que a partir de denúncia de delegada da 3ª
247 Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde foi feita investigação que
248 resultou na descoberta de desvio de recursos do SUS, por meio de emendas parlamentares destinadas
249 à compra de medicamentos. Nessa lógica, destacou a importância da atuação do controle social.
250 Conselheira **Cândida Maria Bittencourt Carvalheira** informou que ITEM
251 **7 – POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS –**
252 De início, a Conselheira **Maria Izabel da Silva**, convidou a Conselheira **Carmen Lúcia Luiz**, também
253 da Mesa Diretora do CNS, para auxiliar na coordenação e, para apresentação do
254 tema..... Após considerações, chegou-se ao consenso de encaminhar à
255 discussão do GT de Revisão das Comissões e Grupos de Trabalho do CNS a proposta de
256 criação da Comissão Interministerial, atendendo à deliberação anterior de não criar comissões
257 até a conclusão dos trabalhos desse grupo. Conselheira **Maria Izabel da Silva** informou
258Questão de Ordem: votar o mérito porque a votação anterior decidiu se o mérito
259 da Política seria votado ou não naquele momento. Conselheira **Maria Izabel da Silva**
260o item 8 da pauta "Política Nacional de Regulação" foi adiado para a próxima reunião
261 do CNS. Definido esse ponto, a mesa encerrou os trabalhos da manhã do segundo dia de reunião.
262 Estiveram presentes os seguintes conselheiros: **Ailson dos Santos, Alessandra da Costa Lunas,**
263 **Artur Custódio M. de Souza, Ana Cristhina de Oliveira Brasil, Cândida Maria Bittencourt**
264 **Carvalheira, Carmen Lúcia Luiz, Ciro Mortella, Daniela Batalha Trettel, Eduardo Bermudez,**
265 **Eufrásia Santos Cadorin, Flávio Heleno Poppe de Figueiredo, Francisca Valda da Silva,**
266 **Francisco Batista Júnior, Geraldo Adão Santos, Graciara Matos de Azevedo, João Donizeti**
267 **Scaboli, José Cláudio Barriguelli, José Cláudio dos Santos, José Marcos de Oliveira, Lígia Bahia,**
268 **Maria Izabel da Silva, Néventon R. Vargas, Moisés Goldbaum, Nildes de Oliveira Andrade, Raquel**
269 **M. Rigotto, Ruth Ribeiro Bittencourt, Sílvia Fernanda Martins Casagrande, Valdirlei Castagna e**
270 **Vânia Glória Alves de Oliveira. Suplentes: Abdias José dos Santos, Armando Martinho Bardou**
271 **Raggio, Armando Tadeu Guastapaglia, Fernando Luiz Eliotério, José Carlos de Moraes, José Eri**
272 **Medeiros, Jovita José Rosa, Lauro Moretto, Luciana Alves Pereira, Maria Betânia Serrano de**
273 **Andrade, Maria Emínia Ciliberti, Marisa Fúria Silva, Maria Thereza Almeida Antunes, Maria**
274 **Thereza Mendonça de Carneiro Rezende, Mauro Fernando Schmidt, Ronald Ferreira dos Santos,**
275 **Sérgio Metzger, Valdenir Andrade França e Wilson Valério da Rosa Lopes. Retomando, foi iniciada**
276 a discussão do penúltimo item da pauta. **ITEM 9 – INFORMES DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA**
277 **EM PESQUISA – Os conselheiros Ciro Mortella e Ruth Ribeiro Bittencourt,**
278 **ITEM 10 – CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE SAÚDE –** O Presidente do
279 CNS, Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, assumiu a coordenação dos trabalhos e convidou para
280 apresentação do tema: **Ayrton Galiciani Martinello**, coordenador geral de planejamento/SPO/MS;
281 **Aristel Gomes B. Fagundes**, Assessora da SPO/MS; e **Márcia de Souza Muniz**, Assessora da
282 SPO/MS. Antes de abrir a palavra aos convidados, explicou que a intenção era conhecer os prazos
283 legais acerca da elaboração do Plano Nacional de Saúde 2008/2011 e definir estratégia de
284 acompanhamento da proposta. Iniciando a apresentação, O coordenador geral de
285 planejamento/SPO/MS, **Ayrton Galiciani Martinello**, agradeceu a oportunidade e considerou
286 importante começar a discussão do Plano Nacional de Saúde 2008/2011 naquele momento, a fim de
287 que o prazo legal de entrega do documento não prejudicasse a discussão do CNS. Iniciou a sua
288 apresentação com considerações a respeito da construção do Plano Nacional de Saúde 2004/2007.
289 Disse que o processo de construção do primeiro Plano Nacional de Saúde (2004/2007) iniciou-se em
290 agosto de 2003, com diálogo entre CNS, CIT, CONASS, CONASEMS, Ministério da Saúde e seu
291 colegiado. Explicou que em outubro de 2003 foi realizado seminário que definiu conceito, processo,
292 atores, periodicidade e outros aspectos relativos ao Plano. A partir do resultado desse seminário, coube
293 ao Ministério da Saúde a elaboração de pré-proposta, tendo sido utilizado como base o PPA, o relatório
294 preliminar da 12ª Conferência Nacional de Saúde e o resultado de pesquisa de opinião realizada
295 durante a 12ª Conferência. Destacou que, em seguida, a proposta foi submetida à discussão, durante
296 seis meses, em vários fóruns até a sua aprovação no CNS, em 4 de agosto de 2004. Ressaltou que,
297 após a aprovação, o Plano, conforme orientação do CNS, foi encaminhado a todos os conselhos
298 municipais e estaduais de saúde. Explicou que, por ser a primeira experiência, foi constituído comitê
299 para auxiliar no acompanhamento e avaliação do Plano. Acrescentou que esse comitê iniciou o debate
300 do próximo Plano Nacional de Saúde. Feito esse histórico, passou a palavra à Assessora da SPO/MS,
301 **Aristel Gomes B. Fagundes**, para dar continuidade à apresentação. A assessora explicou que diante
302 da dificuldade em relação ao monitoramento e à avaliação do Plano, o Ministério da Saúde solicitou
303 ajuda à Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), que, em um primeiro momento,
304 reuniu grupo de especialistas para analisar o Plano e apresentar idéias iniciais sobre monitoramento e
305 avaliação. Contudo, por ser uma experiência nova, destacou que foi solicitado à RIPSA o

acompanhamento de todo o processo. Para isso, a Rede criou um comitê temático interdisciplinar de informação que fez uma análise do Plano e identificou dificuldades de monitoramento e avaliação do documento. Explicou que o comitê apresentou colaborações essenciais para o Ministério da Saúde, em especial a áreas de planejamento. Dentre as sugestões do comitê, destacou: elaborar sistema de planejamento do SUS; e definir instrumento de elaboração do PPA. Ressaltou que o comitê trabalhou durante dois anos, tendo apresentado o resultado do trabalho de reflexão acerca do Plano 2004/2007 ao Ministério da Saúde em outubro de 2006. Destacou ainda que o comitê apresentou uma série de recomendações para evitar problemas em relação ao próximo Plano Nacional de Saúde (2008/2011). Segundo o comitê, o Plano Nacional de Saúde deveria servir de subsídio para a elaboração do PPA. Assim, considerando que o PPA 2008/2011 deveria ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2007, seria necessário avançar na construção do Plano a fim de que este servisse de base de orientação para o Plano Plurianual. Registrou que o planejamento, como instrumento de gestão, ficou por muito tempo parado, cumprindo as formalidades em termos de processo. Com o Pacto pela Saúde, houve a recuperação do planejamento. Informou ainda que diante da vasta legislação relacionada a instrumentos de gestão, foi contratada consultoria especializada em direito sanitário que levantou a legislação existente em termos de planejamento e fez sugestões principalmente acerca dos instrumentos de iniciativa do Ministério da Saúde, possibilitando o ajuste de toda a legislação disponível. Ressaltou que a consultoria avaliou que o Plano Nacional de Saúde deveria ser compatível com o Plano Plurianual, porque este era um instrumento constitucional. Nesse sentido, destacou que o horizonte para a construção do Plano Nacional de Saúde 2008/2011 era meados de julho de 2007. O coordenador geral de planejamento/SPO/MS, **Ayrton Galiciani Martinello**, ressaltou que o PPA 2008/2011 e a Lei Orçamentária deveriam ser encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2007 e a LDO até o mês de abril de 2007. Concluída a apresentação, o Presidente do CNS agradeceu os expositores e, de imediato, apresentou a seguinte proposição: delegar à COFIN/CNS o acompanhamento da elaboração do Plano Nacional de Saúde 2008/2011, atendendo à recomendação da oficina de capacitação de conselheiros de atribuir às comissões o acompanhamento de políticas afins e apresentar produto para decisão do CNS. Conselheira **Zilda Arns Neumann** sugeriu que o Plano tivesse indicadores a partir das prioridades do Pacto pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão, posto que um número elevado de indicadores poderia dificultar o acompanhamento e a avaliação. Conselheira **Eufrásia Santos Cadorin** lembrou que o PPA deveria considerar as diretrizes da Conferência, assim, manifestou preocupação com o fato de o prazo legal para a entrega do PPA ser agosto e a 13ª Conferência estar prevista para novembro de 2007. Também solicitou das áreas técnicas a elaboração de relatório de gestão geral para que o Plenário tomasse conhecimento e, para os próximos anos, que fossem disponibilizados a programação anual, o relatório de gestão e o Plano Nacional de Saúde. Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** destacou que o CNS não tinha os instrumentos necessários para fazer avaliação do Plano Nacional de Saúde 2004/2007, o que dificultava a avaliação das metas. Também pontuou que o Plano Nacional de Saúde e o PPA estavam caminhando em separado, logo, uma das tarefas do CNS era discutir a relação entre esses dois planos. Em relação à conferência, lembrou que o CNS tinha autonomia para definir a data da 13ª, assim, poderia ter levado em consideração os prazos relativos ao PPA. Por fim, sugeriu constituir comissão para analisar os referenciais do Plano Nacional de Saúde e do PPA. Conselheiro **Néventon Vargas** destacou a meta de ampliação da saúde mental e salientou a importância de apoio financeiro às instituições filantrópicas que desempenham trabalho de apoio às pessoas com doenças mentais, a fim de que pudessem atender as pessoas durante esse processo de transição da reforma psiquiátrica para a desospitalização. Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** lembrou que o Plenário decidiu, no dia anterior, que o Ministério da Saúde deveria apresentar o relatório de gestão de 2006 na reunião ordinária de março de 2007. Também cumprimentou a equipe responsável pela elaboração do planejamento e disse ser importante garantir a participação dos executores nesse processo de elaboração do Plano. Destacou ainda que as políticas aprovadas pelo CNS deveriam servir de referência para o processo de planejamento. Conselheiro **Antônio Alves de Souza** salientou a necessidade de o CNS ter conhecimento do cronograma de trabalho da comissão do Ministério da Saúde responsável pela elaboração do Plano. Além disso, sugeriu que fosse constituída comissão do CNS para acompanhar a elaboração do PPA e do Plano Nacional de Saúde, por entender que esse não era um trabalho da COFIN/CNS. Também, propôs que a construção do PPA e do Plano Nacional de Saúde fosse ponto de pauta permanente do CNS até a conclusão dos documentos. Conselheira **Nildes de Oliveira Andrade** entregou ao Presidente do CNS documento com questões acerca das pessoas com doença celíaca para serem contempladas no Plano Nacional de Saúde 2008/2011. A Secretária-Executiva do CNS, **Eliane Aparecida da Cruz**, informou que o governo federal não vinha apresentando o relatório de gestão ao CNS. Além disso, destacou que esse relatório não vinha sendo instrumento permanente de prestação de conta de execução. Diante disso, defendeu que a COFIN/CNS fizesse o acompanhamento da elaboração do Plano Nacional de Saúde, do PPA, da LDO,

367 da Lei Orçamentária e a avaliação do relatório de gestão. Além disso, destacou que o CNS e o
368 Ministério da Saúde, de forma articulada, poderiam definir o que se esperava do relatório de gestão.
369 Não havendo outros inscritos, foi aberta a palavra à equipe técnica para comentários. Primeiramente, o
370 coordenador geral de planejamento/SPO/MS, **Ayrton Galiciani Martinello**, colocou a SPO/MS à
371 disposição para apresentação mais detalhada do sistema de planejamento do SUS e dos resultados do
372 trabalho do comitê da RIPSa. Explicou que uma das maiores críticas do Plano 2003/2007 foi o excesso
373 de indicadores e metas, o que dificultou o acompanhamento. Assim, o Plano 2008/2011 seria mais
374 enxuto, com metas prioritárias. Também destacou a importância de monitoramento, avaliação e
375 divulgação dos resultados, visando a correção de rumos. Ressaltou que o Plano seria formatado antes
376 do PPA, entendendo que o primeiro deveria orientar a elaboração do segundo. Para essa formatação,
377 seriam utilizados, inclusive, os relatórios das conferências estaduais de saúde. Contudo, salientou que
378 a elaboração do Plano não se encerrava em agosto de 2007, pois este, por sua dinamicidade, poderia
379 ser revisto, com utilização das deliberações da 13ª Conferência Nacional de Saúde, caso fosse
380 necessária revisão. Ressaltou que o processo de avaliação do Plano 2004/2007 foi elaborado e
381 executado durante a sua vigência. Assim, a equipe já possuía avaliação dos anos de 2004 e 2005 e
382 preliminar de 2006 e a intenção era concluir, no início de 2007, a avaliação dos três anos. A assessora
383 da SPO/MS, **Aristel Gomes B. Fagundes**, explicou que à medida que se avaliava o Plano se
384 redimensionava as metas. Reiterou a importância da avaliação do Plano e destacou que o comitê
385 poderia apresentar os resultados ao Plenário do CNS. Também reforçou que a SPO estava à
386 disposição para apresentar os resultados da discussão sobre o sistema de planejamento do SUS, as
387 perspectivas e os desafios futuros. Após essas considerações, o Presidente do CNS agradeceu a
388 presença dos convidados e passou aos encaminhamentos. **Após sugestões dos conselheiros, foram**
389 **aprovados, por unanimidade, os seguintes encaminhamentos: tomar conhecimento do**
390 **calendário de discussão e do referencial do Plano Nacional de Saúde; delegar à COFIN/CNS o**
391 **acompanhamento da elaboração do Plano Nacional de Saúde 2008/2011 e o papel de**
392 **interlocutora do CNS para incluir questões no PPA e no Plano Nacional de Saúde; atribuir à**
393 **COFIN/CNS a tarefa de buscar a Programação Anual de 2007; realizar reuniões trimestrais, com**
394 **a presença de representantes das áreas técnicas do Ministério da Saúde; ampliar a Comissão**
395 **para cumprir essa tarefa; e pautar informes mensais da COFIN/CNS ao CNS sobre os debates em**
396 **relação ao Plano.** Na seqüência, o Presidente do CNS colocou em discussão o texto da minuta de
397 Resolução sobre terceirização da gerência e da gestão de serviços e de pessoal do SUS.
398 Além disso, foi aprovada como data indicativa para a 1ª reunião da
399 Comissão Organizadora o dia 30 de janeiro de 2007. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a
400 tratar, o Presidente do CNS, Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, encerrou a 169ª Reunião Ordinária
401 do CNS. Estiveram presentes os seguintes conselheiros na tarde do segundo dia de reunião: **Ailson**
402 **dos Santos, Alessandra da Costa Lunas, Artur Custódio M. de Souza, Ana Crísthina de Oliveira**
403 **Brasil, Cândida Maria Bittencourt Carvalheira, Carmen Lúcia Luiz, Ciro Mortella, Daniela Batalha**
404 **Trettel, Eduardo Bermudez, Eufrásia Santos Cadorin, Flávio Heleno Poppe de Figueiredo,**
405 **Francisca Valda da Silva, Francisco Batista Júnior, Geraldo Adão Santos, Graciara Matos de**
406 **Azevedo, João Donizeti Scaboli, José Cláudio Barriguelli, José de Rocha Carvalheiro, José**
407 **Marcos de Oliveira, Lígia Bahia, Maria Izabel da Silva, Néventon R. Vargas, Moisés Goldbaum,**
408 **Nildes de Oliveira Andrade, Raquel M. Rigotto, Ruth Ribeiro Bittencout, Sílvia Fernanda Martins**
409 **Casagrande, Valdirlei Castagna, Vânia Glória Alves de Oliveira e Zilda Arns Neumann.** Suplentes:
410 **Armando Martinho Bardou Raggio, Armando Tadeu Guastapaglia, Cleuza de Carvalho Miguel,**
411 **Fernando Luiz Eliotério, José Eri Medeiros, Jovita José Rosa, Lauro Moretto, Luciana Alves**
412 **Pereira, Maria Betânia Serrano de Andrade, Maria Eminia Ciliberti, Marisa Fúria Silva, Maria**
413 **Thereza Almeida Antunes, Maria Thereza Mendonça de Carneiro Rezende, Mauro Fernando**
414 **Schmidt, Ronald Ferreira dos Santos, Rosane Maria Nascimento da Silva, Sérgio Metzger e**
415 **Valdenir Andrade França.**